RBGDR

PROTAGONISMO FEMININO E DESIGUALDADES: UMA ANÁLISE SOBRE AS MULHERES RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIOS NA GRANDE TIJUCA, RIO DE JANEIRO (RJ)

FEMALE PROTAGONISM AND INEQUALITIES: AN ANALYSIS OF WOMEN HEADS OF HOUSEHOLDS IN GRANDE TIJUCA, RIO DE JANEIRO (RJ)

RBGDR

REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
V.22, N°4, Edição Especial 2026 | Taubaté/SP - Brasil | ISSN 1809-239x

PROTAGONISMO FEMININO E DESIGUALDADES: UMA ANÁLISE SOBRE AS MULHERES RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIOS NA GRANDE TIJUCA, RIO DE JANEIRO (RJ)

FEMALE PROTAGONISM AND INEQUALITIES: AN ANALYSIS OF WOMEN HEADS OF HOUSEHOLDS IN GRANDE TIJUCA, RIO DE JANEIRO (RJ)

Tamiris Batista Diniz[1]

Recebimento: 30/03/2026
Aceite: 11/07/2026

[1] Doutora em Geografia (UERJ).
Professora do Instituto Federal Fluminense.
Macaé – RJ, Brasil.
E-mail: tamirisbdiniz@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo analisa o protagonismo feminino na responsabilidade pelos domicílios na região da Grande Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, a partir de uma perspectiva territorial e interseccional. Parte-se do entendimento de que o aumento da participação das mulheres como responsáveis por domicílios, embora represente avanços sociais, também revela a permanência de desigualdades de gênero, raça e renda. A pesquisa adota abordagem quali-quantitativa, com base na análise de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Censo Demográfico de 2022) e na utilização de técnicas de geoprocessamento para a elaboração de mapas temáticos. Os resultados indicam que mais da metade dos domicílios da Grande Tijuca possui mulheres como responsáveis, com maior concentração em áreas de maior vulnerabilidade social, especialmente em favelas e seus entornos. Observa-se também que a presença de mulheres negras é mais expressiva nesses territórios, evidenciando a dimensão racial das desigualdades. Logo, esse protagonismo feminino é marcado por condições de sobrecarga e precarização, o que reforça a necessidade de políticas públicas territorializadas e interseccionais, contribuindo para o debate sobre desigualdades socioespaciais e desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Gênero. Desigualdade socioespacial. Mulheres responsáveis por domicílios.

ABSTRACT

The present article analyzes the role of women as heads of households in the Greater Tijuca region of the city of Rio de Janeiro from a territorial and intersectional perspective. It is based on the understanding that the increase in women's participation as household heads, although representing social progress, also reveals the persistence of gender, racial, and income inequalities. The research adopts a qualitative-quantitative approach, based on the analysis of data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (2022 Demographic Census) and the use of geoprocessing techniques for the production of thematic maps. The results indicate that more than half of the households in Greater Tijuca are headed by women, with a greater concentration in areas of higher social vulnerability, especially in favelas and their surroundings. The presence of Black women is also more significant in these territories, highlighting the racial dimension of inequalities. Therefore, this female protagonism is marked by conditions of overload and precariousness, reinforcing the need for territorialized and intersectional public policies and contributing to the debate on socio-spatial inequalities and regional development.

Keywords: Gender. Socio-spatial inequality. Women heads of households.

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas do século passado, as mulheres brasileiras alcançaram melhorias expressivas em suas condições de vida, evidenciadas pela queda de diversos indicadores de desigualdade de gênero e por ganhos significativos em seus direitos. Embora esse progresso seja inegável, ainda persistem muitos desafios (Thomas, 2003).

Nesse sentido, compreender como essas transformações se materializam no território torna-se fundamental para o debate sobre desenvolvimento regional, especialmente em contextos urbanos marcados por desigualdades socioespaciais. A análise da atuação das mulheres como responsáveis por domicílios permite não apenas identificar vulnerabilidades, mas também reconhecer seu importante papel na organização da vida social e econômica.

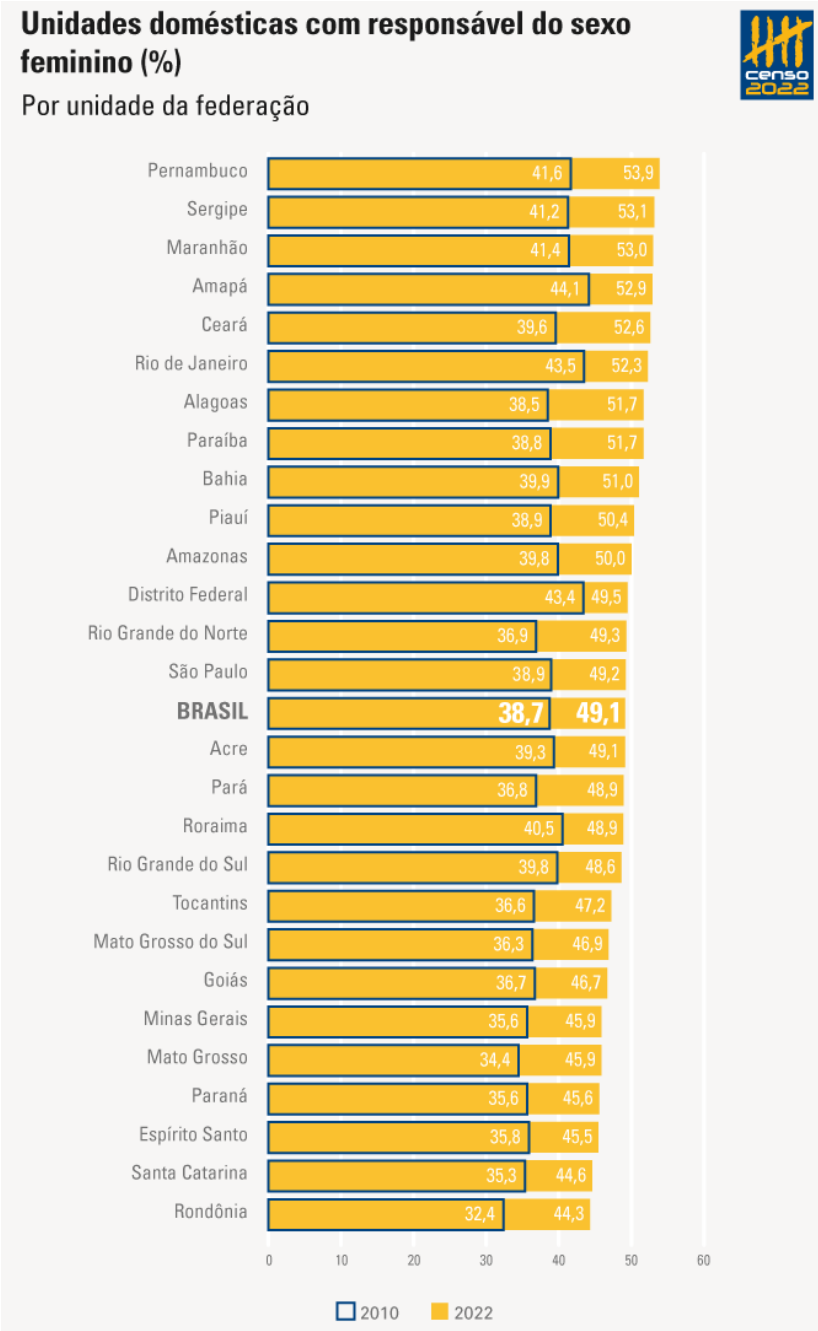
Este trabalho justifica-se pela necessidade de aprofundar o debate sobre a relação entre gênero, território e desenvolvimento regional, contribuindo para a produção de conhecimento com impacto social. Tem como objetivo geral analisar o protagonismo feminino na responsabilidade pelos domicílios na região da Grande Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, a partir de uma perspectiva territorial e interseccional, considerando as desigualdades de gênero, raça e renda e suas implicações para o desenvolvimento regional. Como objetivos específicos, busca-se identificar a proporção de mulheres responsáveis por domicílios na Grande Tijuca a partir dos dados do Censo Demográfico de 2022, desagregando por raça/cor e evidenciar como a análise espacial pode subsidiar políticas públicas de igualdade de gênero, alinhadas ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 e às diretrizes da transversalidade de gênero.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os dados dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística evidenciam um avanço significativo da participação feminina na responsabilidade pelos domicílios no Brasil entre 2010 e 2022. Nesse período, a proporção de mulheres responsáveis cresceu de forma expressiva, aproximando-se da dos homens e revelando uma mudança importante na estrutura familiar e social do país. Em diversas unidades da federação as mulheres já representam mais da metade das responsáveis pelos domicílios, como mostra a Figura 1. O Estado do Rio de Janeiro alcançou 52,3% de domicílios nos quais as mulheres são as responsáveis em 2022, ultrapassando

a marca de metade e ficando acima da média nacional (49,1%). Em 2010, esse percentual era significativamente menor, com 43,5%, evidenciando uma mudança consistente ao longo do período (Siqueira e Britto, 2024).

Figura 1 | Avanço da participação feminina como responsáveis por domicílios no Brasil por unidade da federação (2010–2022).



Fonte: Siqueira e Britto, 2024.

Tal cenário pode ser associado a transformações na estrutura da sociedade brasileira como o aumento da autonomia econômica das mulheres, mudanças nos arranjos familiares e a maior presença de lares monoparentais femininos. Porém, esse protagonismo feminino vem associado a uma situação de vulnerabilidade: uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia, ligado à Fundação Getúlio Vargas, revela que o Brasil possui mais de 11 milhões de mães solo, número que cresceu em 1,7 milhão de 2012 a 2022. O estudo aponta que cerca de 90% dessas mulheres são negras e que aproximadamente 15% dos lares brasileiros têm mães solo como responsáveis pelo domicílio (G1, 2023).

A maioria dessas mulheres vive apenas com os filhos e sem rede de apoio próxima, o que intensifica os desafios cotidianos. Essa condição impacta sua inserção no mercado de trabalho, já que muitas enfrentam dificuldades para conciliar os cuidados domésticos com empregos formais, recorrendo, assim, a atividades informais e, frequentemente, a múltiplas ocupações. Nesse contexto, a discriminação também se apresenta como um obstáculo relevante, uma vez que, como afirma Débora Silva, "essas mães muitas vezes estão fora do mercado de trabalho porque o empregador não quer empregar uma mulher com criança, então elas precisam se virar". Além disso, grande parte dessas mães possui baixa escolaridade, muitas vezes em decorrência da maternidade precoce, que interrompe a trajetória educacional em um momento decisivo, comprometendo suas oportunidades profissionais e a acumulação de capital humano (G1, 2023).

> Apesar da forte participação feminina no espaço produtivo, percebe-se que a inserção das mulheres no mundo do trabalho tem sido marcada pela precariedade e pela presença das mulheres nos segmentos menos organizados da economia, nos quais existe uma maior incidência de contratos de trabalho informais e uma menor atuação das organizações sindicais. Portanto, pensar sobre a pobreza numa perspectiva de gênero requer levar em consideração os aspectos relacionados à divisão sexual do trabalho, que ratifica a subalternidade feminina no âmbito produtivo (Silva e Osterne, 2012, p. 169-170).

Essas desvantagens sofridas pelas mulheres na sociedade, em especial, no mercado de trabalho levam a um cenário conhecido como "feminização da pobreza", que segundo Berro (2008 p. 133) consiste em:

> [...] um fenômeno no qual as mulheres vêm, ao longo das últimas décadas e por várias questões sociais e econômicas, se tornando mais pobres do que os homens. Consiste numa elevação da proporção de mulheres entre os pobres ou elevação da proporção de pessoas em famílias chefiadas por mulheres entre os pobres. É o crescimento da pobreza no universo feminino ao longo do tempo. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os domicílios, em grande parte, têm se constituído por uma mulher sem companheiro, ou seja, uma única provedora de renda. Quanto ao rendimento médio domiciliar em salários mínimos, infere-se que, nos domicílios chefiados por mulheres, o rendimento é menor do que o dos domicílios chefiados por homem com cônjuge. Importantes entidades internacionais defendem a ideia de que uma parcela crescente das vítimas da pobreza é composta por mulheres.

Outra questão que evidencia essa teoria é que os dados do Censo 2022 do IBGE mostram que apesar de apresentarem maior nível de escolaridade, as mulheres recebem, em média, quase 20% a menos que os homens, com rendimento mensal de R$ 2.506, frente a R$ 3.115 masculinos. Essa diferença se mantém em todos os níveis de instrução e se amplia entre aqueles com ensino superior completo, alcançando 37,5%. Ainda que 28,9% das mulheres ocupadas tenham nível superior, contra 17,3% dos homens, elas continuam em desvantagem tanto salarial quanto no nível de ocupação (Bolzani e Catto, 2025).

A desigualdade salarial entre gêneros, no entanto, não se distribui de forma homogênea entre os setores da economia (Figura 2). Dados do IBGE, analisados em 2024, revelam que as mulheres recebem salários menores que os homens em 82% das áreas de atuação no Brasil. Entre os 20 grandes grupos de atividades econômicas, elas ganham menos em 17 deles. A diferença mais expressiva ocorre no setor de Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, no qual os homens recebem, em média, R$ 10.469,21, enquanto as mulheres ganham R$ 6.205,02, sendo uma diferença de 68,7% (Miato e Macedo, 2024).

Figura 2 | Diferenças de rendimento entre homens e mulheres segundo grupos de atividade econômica.



Fonte: Miato e Macedo, 2024.

Setores estratégicos para a produção de conhecimento e para o desenvolvimento social apresentam disparidades igualmente preocupantes. Em Atividades profissionais, científicas e técnicas, as mulheres ganham 25,5% menos que os homens. Na Educação, área majoritariamente feminina e essencial para a formação de capital humano, a diferença chega a 23,2%. Na Saúde humana e serviços sociais, as mulheres recebem 23,6% menos que os colegas homens (Miato e Macedo, 2024).

Esses dados evidenciam que, mesmo nos campos do conhecimento e nos setores onde as mulheres são maioria ou possuem alta qualificação, a desigualdade salarial persiste como um desafio estrutural. Para as mulheres que atuam em atividades centrais para o desenvolvimento regional e para o cumprimento da Agenda 2030, como na ciência, na docência e na inovação, essa disparidade impõe barreiras materiais que comprometem sua autonomia econômica, sua permanência nas carreiras científicas e sua capacidade de ocupar espaços decisórios.

Assim, as estatísticas revelam o protagonismo das mulheres na vida brasileira, mas também expõem as discriminações, e desigualdades a que ainda estão sujeitas. Diante disso, cabe ao poder público identificar situações reais de discriminação e desigualdade que afetam as mulheres e criar condições para o pleno exercício da cidadania em todos os espaços públicos. Essa tarefa exige reflexão e diálogo entre gestores públicos, pesquisadores e movimentos sociais sobre a formulação de políticas públicas que incorporem a transversalidade de gênero, pautadas por uma nova matriz de competências, parcerias e atuação intersetorial (Freire, 2008). Nesse contexto, a produção científica assume papel estratégico ao subsidiar a formulação de políticas públicas mais inclusivas, evidenciando como o conhecimento pode contribuir para a transformação das realidades sociais.

A transversalidade de gênero pode ser definida como a ideia de elaborar uma matriz que permita orientar uma nova visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) e uma responsabilização dos agentes públicos em relação à superação das assimetrias de gênero, nas e entre as distintas esferas do governo, assegurando, assim, uma governabilidade mais democrática e inclusiva em relação às mulheres (Bandeira, 2005).

METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida a partir de uma abordagem quali-quantitativa, estruturada em etapas integradas que permitiram compreender as dinâmicas do protagonismo feminino como responsáveis por domicílios que ocorrem nos bairros da Grande Tijuca na cidade do Rio de Janeiro. O estudo iniciou-se com uma revisão bibliográfica sobre as questões de gênero no Brasil. Em seguida, foi realizada a coleta de dados secundários a partir dos resultados finais do Censo Demográfico 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponíveis na base de setores censitários do município do Rio de Janeiro.

Para espacializar e analisar as interseções entre mulheres responsáveis por domicílios, questões étnico-raciais e de classe, os mapas temáticos foram elaborados por meio de técnicas de geoprocessamento. Utilizou-se o *plugin* Censo IBGE no *software* QGIS versão 3.22 para a extração das variáveis referentes ao sexo do responsável pelo domicílio, cor ou raça do responsável e rendimento médio mensal do responsável pelo domicílio. O fluxo metodológico compreendeu as seguintes etapas: (I) seleção do estado do Rio de Janeiro e do município do Rio de Janeiro no plugin Censo IBGE; (II) extração das tabelas censitárias relacionadas às variáveis de interesse; (III) importação das camadas de setores censitários para o ambiente do QGIS; (IV) seleção dos setores correspondentes aos bairros da Grande Tijuca; e (V) conferência e padronização dos campos numéricos para cálculo das proporções e elaboração dos mapas temáticos.

Segundo o Questionário Básico aplicado pelo IBGE no Censo Demográfico 2022, o responsável pelo domicílio é a pessoa de 12 anos ou mais de idade, cuja responsabilidade domiciliar é reconhecida pelos demais moradores (IBGE, 2022). A agregação dos dados foi realizada na escala de setor censitário, mantendo-se a unidade espacial original do Censo em questão. Os mapas foram elaborados no sistema de referência SIRGAS 2000, na escala de 1:25.000. As classes cartográficas foram definidas manualmente a partir da distribuição dos dados observados. As legendas dos mapas apresentam as classes de valores utilizadas para a representação espacial das variáveis analisadas, com gradação de cores indicando os menores e os maiores valores observados. Não foram utilizados *scripts* automatizados ou complementos adicionais além do *plugin* Censo IBGE e das ferramentas nativas do QGIS para seleção espacial, cálculo de campos e

representação cartográfica.

Os dados passaram por procedimentos de limpeza e tratamento, incluindo a verificação de registros duplicados, a padronização dos formatos numéricos e a conferência da soma das categorias de cor/raça em relação ao total de mulheres responsáveis por domicílios. As análises quantitativas basearam-se em frequências absolutas, proporções e médias de rendimento. Os percentuais foram calculados em relação ao total de domicílios particulares permanentes ocupados de cada setor censitário, enquanto os valores de rendimento correspondem à média mensal informada pelo Censo 2022. Como o objetivo do estudo é descritivo e exploratório, não foram aplicados testes de significância estatística.

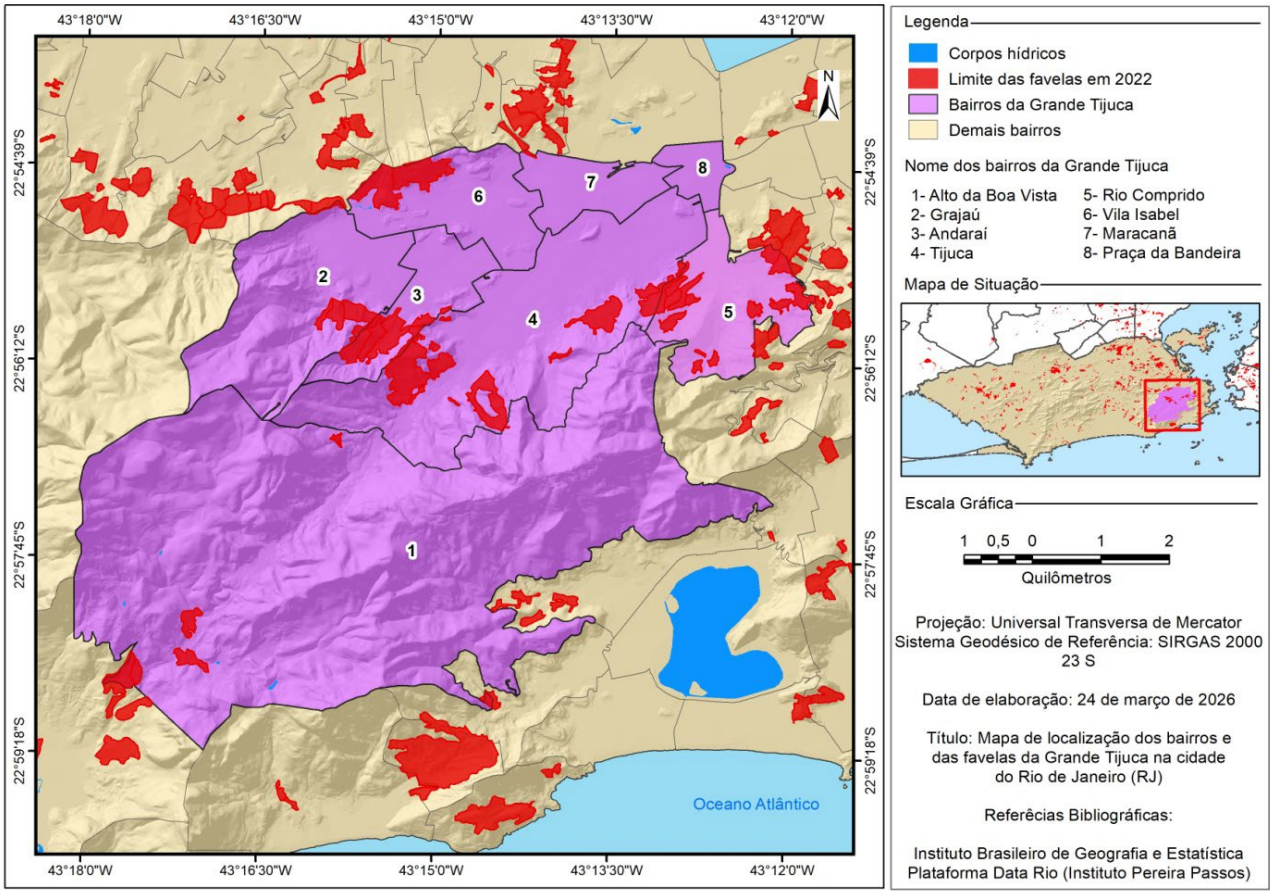
A etapa final consistiu na análise integrada dos dados, articulando o referencial teórico com as evidências cartográficas e censitárias, o que possibilitou a elaboração dos resultados da pesquisa.

Vale ressaltar que a utilização dessas técnicas reforça o papel da análise espacial como instrumento de apoio à gestão pública e ao planejamento territorial, contribuindo para a formulação de políticas voltadas ao enfrentamento das desigualdades de gênero. Dessa forma, a pesquisa se alinha aos compromissos da Agenda 2030 das Nações Unidas, ao fornecer subsídios territoriais para o avanço do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5, relacionado à igualdade de gênero, bem como para a construção de políticas públicas que reconheçam e fortaleçam o protagonismo feminino nos territórios.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A região da Grande Tijuca engloba os seguintes bairros da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro: Alto da Boa Vista, Grajaú, Andaraí, Tijuca, Rio Comprido, Vila Isabel, Maracanã e Praça da Bandeira (Figura 3).

Figura 3 | Mapa de localização dos bairros e das favelas da Grande Tijuca na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

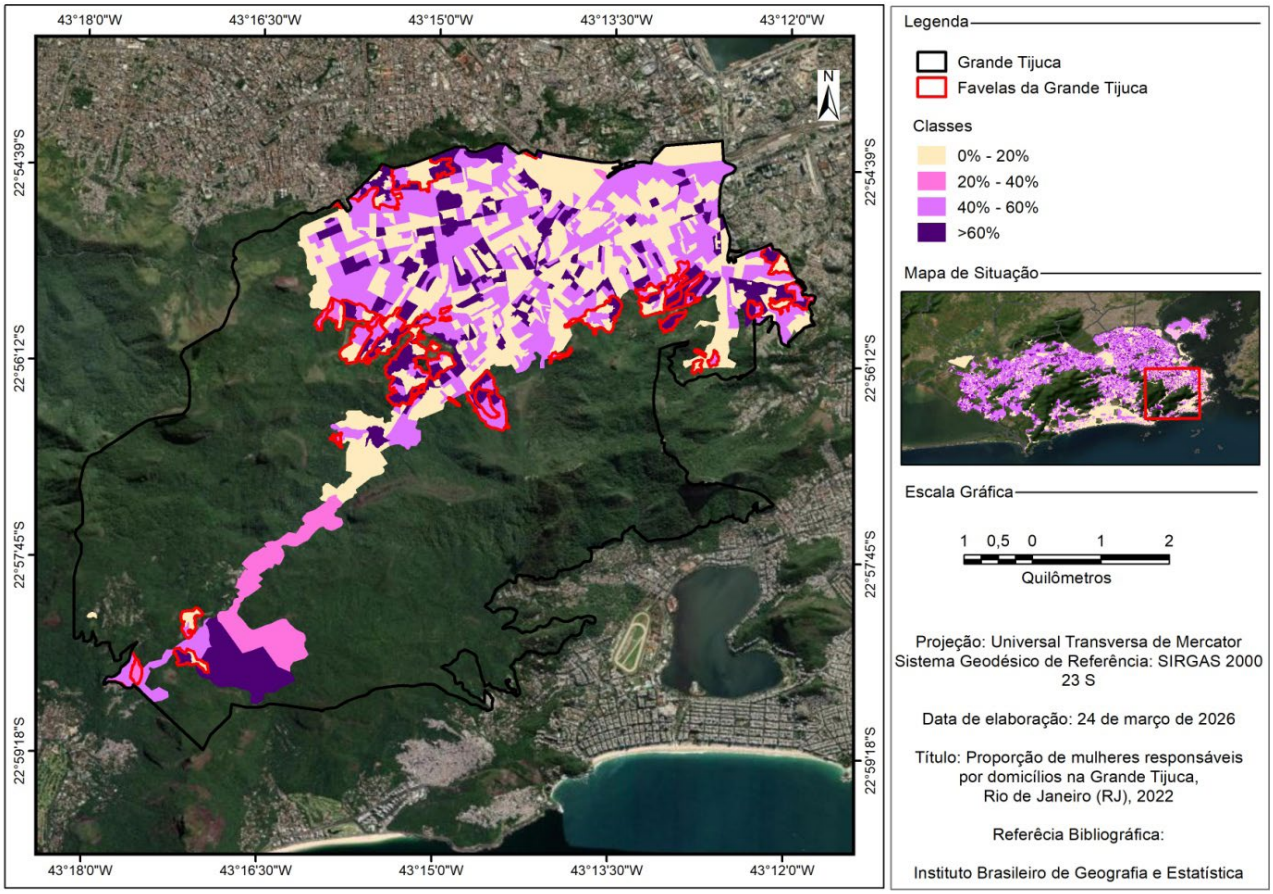


Fonte: A autora, 2026.

Dos 58,52 km² que a região da Grande Tijuca ocupa, aproximadamente 3,07 km² abrange áreas de favela, como Morro da Formiga, Parque Vila Isabel, Morro dos Macacos, Morro da Liberdade, Arrelia, Salgueiro, Jamelão, Morro do Andaraí, entre outras. Segundo os dados do Censo Demográfico de 2022 do IBGE, a população dessa área é de 356.067 habitantes, sendo uma região densamente ocupada por diferentes classes sociais.

De acordo com os dados do Censo 2022, na Grande Tijuca, dos 151.009 domicílios particulares permanentes ocupados, 84.854 possuíam mulheres como responsáveis por domicílio, representando aproximadamente 56% (Figura 4), sendo 54.885 autodeclaradas brancas, 9.913 pretas, 59 amarelas, 19.977 pardas e 20 indígenas.

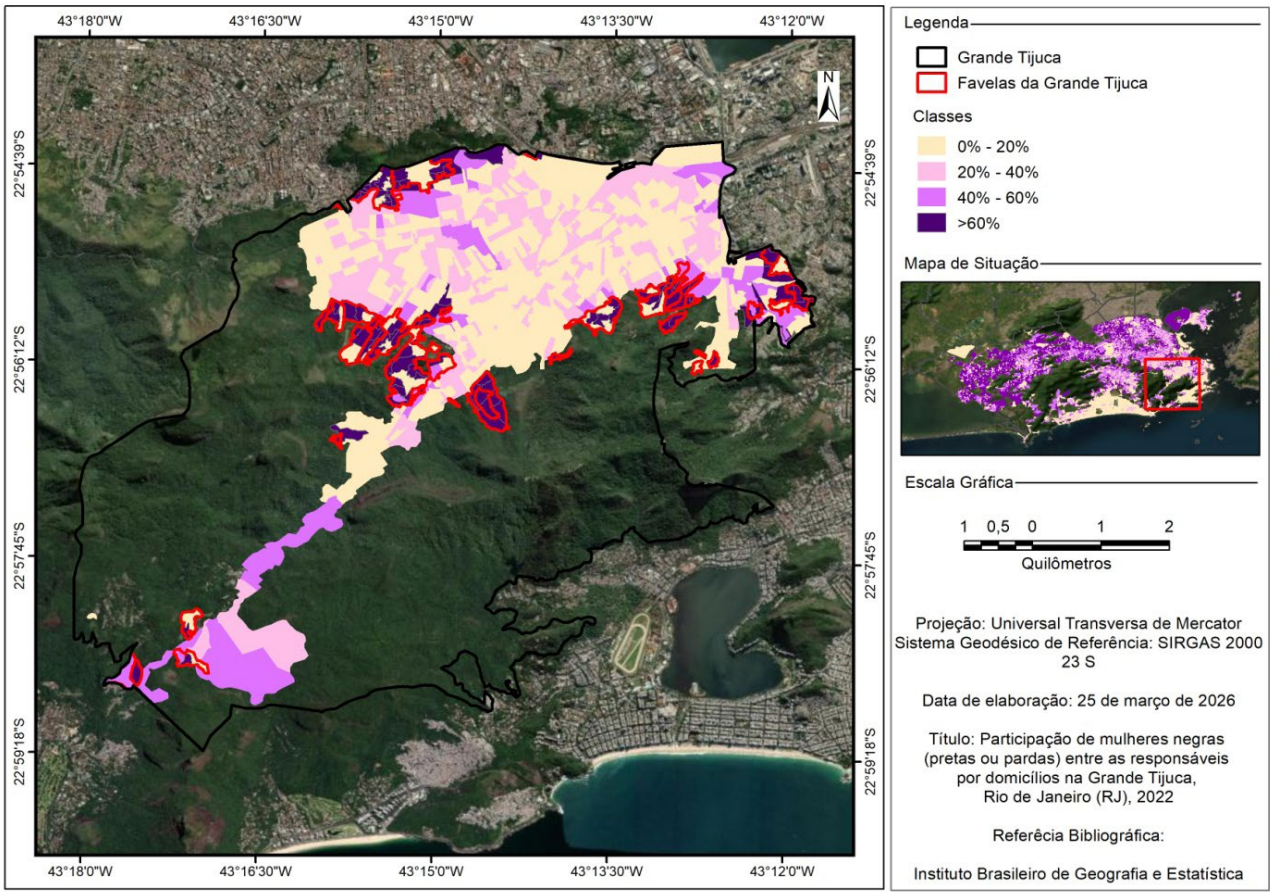
Figura 4 | Proporção de mulheres responsáveis por domicílios na Grande Tijuca, Rio de Janeiro (RJ), 2022.



Fonte: A autora, 2026.

A distribuição espacial da proporção de mulheres responsáveis por domicílios evidencia padrões heterogêneos que revelam importantes dimensões das desigualdades socioespaciais urbanas. As maiores proporções tendem a se concentrar em setores censitários específicos, muitos deles associados a áreas de maior vulnerabilidade social, próximas ou nas áreas de favelas. Porém, essa densidade é ainda mais evidente quando analisamos a distribuição espacial da participação de mulheres negras (pretas ou pardas) entre as responsáveis por domicílios, como na Figura 5.

Figura 5 | Participação de mulheres negras (pretas ou pardas) entre as responsáveis por domicílios na Grande Tijuca, Rio de Janeiro (RJ), 2022.

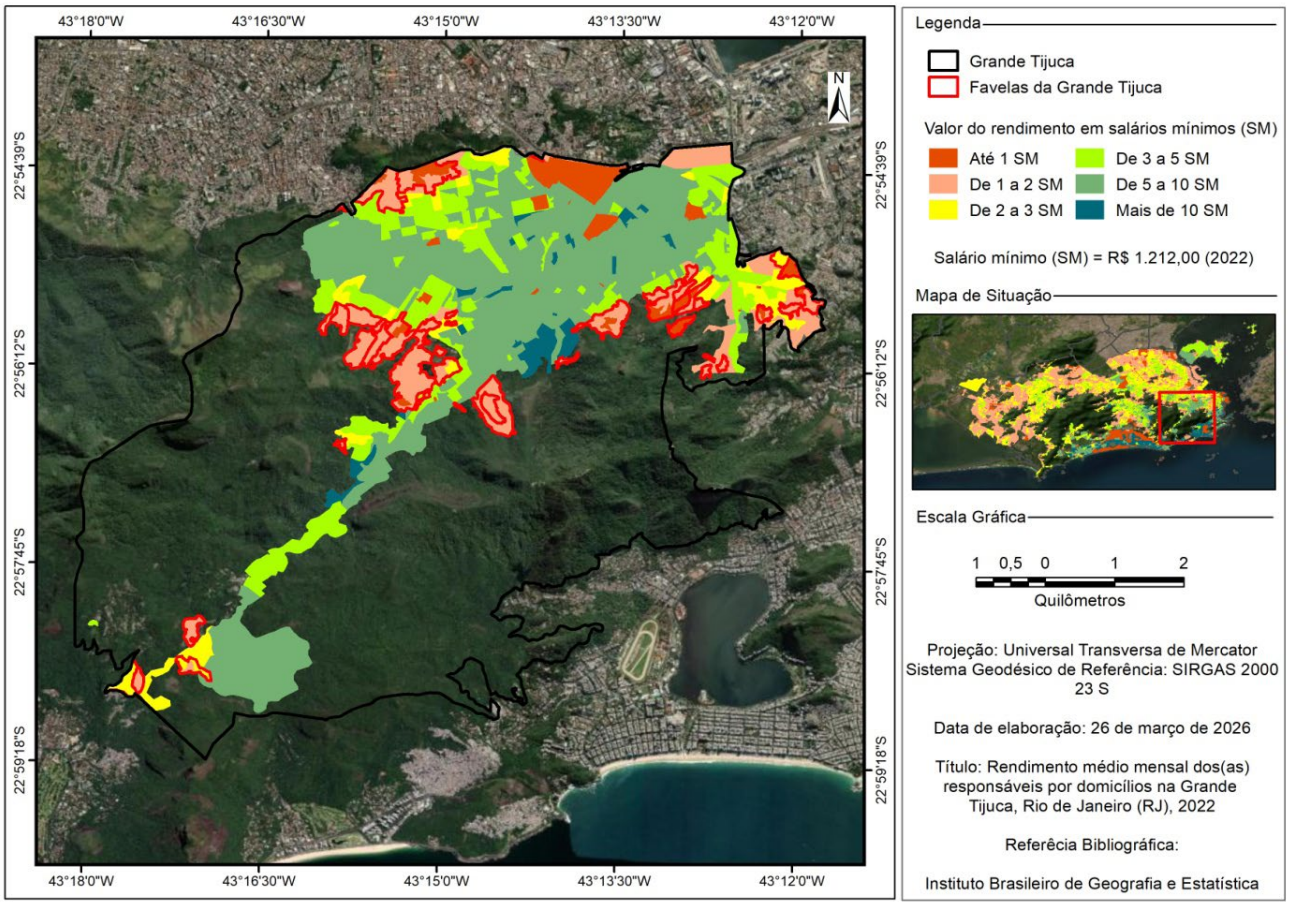


Fonte: A autora, 2026.

Os percentuais superiores a 60% concentram-se em setores censitários específicos, formando núcleos mais definidos sobretudo nas favelas da região. Tal configuração sugere a existência de territórios nos quais a dimensão racial se expressa de forma mais intensa na organização das estruturas familiares e na distribuição da população. Por outro lado, os setores com menores percentuais (até 20%) aparecem de forma mais dispersa e abrangem porções mais centrais da região, indicando uma distribuição menos densa da presença de mulheres negras nesses espaços. Entre esses dois extremos, as classes intermediárias (20% a 60%) ocupam a maior parte do território, evidenciando uma transição gradual na composição racial das responsáveis por domicílios.

A sobreposição entre áreas com alta proporção de mulheres responsáveis e a localização de favelas evidenciam a importância de uma leitura interseccional, na qual gênero, território e classe social se articulam. Nesse contexto, a Figura 6 apresenta a distribuição espacial a partir do valor do rendimento médio mensal dos(as) responsáveis por domicílios, que na Grande Tijuca, em 2022, variava de R$ 0 até R$ 22.195,23.

Figura 6 | Rendimento médio mensal dos(as) responsáveis por domicílios na Grande Tijuca, Rio de Janeiro (RJ), 2022.



Fonte: A autora, 2026.

As desigualdades de gênero se evidenciam quando comparamos as médias de rendimento: os setores censitários onde o responsável por domicílio é uma mulher tendem a coincidir a menores níveis de rendimento. Essa configuração é particularmente evidente em setores censitários associados a favelas e seus entornos, onde predominam rendimentos de até três salários mínimos. Por outro lado, áreas que apresentam maiores rendimentos, especialmente aquelas com médias acima de cinco salários mínimos, tendem a registrar menores proporções de mulheres responsáveis por domicílios e menor participação de mulheres negras. Esses setores, em geral, correspondem a porções mais valorizadas da região, evidenciando a persistência de desigualdades socioespaciais que se estruturam a partir da articulação entre renda, raça e gênero.

A distribuição observada aponta para um processo de feminização da responsabilidade domiciliar que é simultaneamente racializado e territorializado, em que as áreas de menor renda e maior concentração de mulheres negras responsáveis por domicílios não são distribuídas aleatoriamente, mas seguem uma lógica de segregação socioespacial, frequentemente associada à ocupação de encostas e áreas com menor acesso a infraestrutura urbana.

Nesse contexto, o protagonismo feminino, especialmente entre as mulheres negras, assume um caráter ambivalente. Ao mesmo tempo em que evidencia desigualdades persistentes, também revela a centralidade dessas mulheres na manutenção e no funcionamento dos territórios urbanos. Em grande medida, são elas que garantem a reprodução cotidiana da vida social em contextos adversos, ocupando um lugar fundamental para o desenvolvimento regional, ainda que frequentemente permaneçam invisibilizadas pelas políticas públicas.

Conforme argumenta Castro (2001), analisar a feminização da pobreza exige compreender a complexidade estrutural do sistema, uma vez que a maior vulnerabilidade social das mulheres reflete o cruzamento de sistemas de subordinação, como os de classe, de raça e de gênero. Essa perspectiva interseccional leva à necessidade de políticas de ações afirmativas no sentido de minimizar discriminações por conta de identidades político-culturais, como o ser mulher, ser negra, ser jovem ou ser mais velha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crescente presença de mulheres como responsáveis por domicílios, embora revele importantes avanços sociais e demográficos, está associada a dinâmicas de desigualdade socioespacial que permanecem estruturando o território urbano. A análise dos dados do Censo Demográfico de 2022 confirmou que mais da metade dos domicílios da Grande Tijuca têm mulheres como responsáveis, percentual superior à média nacional e estadual. Contudo, essa predominância não se distribui de maneira homogênea no território. As maiores concentrações ocorrem em setores censitários marcados por maior vulnerabilidade social, especialmente em áreas de favelas e seus entornos. Quando observada a participação de mulheres negras entre as responsáveis pelos domicílios, as desigualdades tornam-se ainda mais evidentes, reforçando a relevância da abordagem interseccional para a compreensão das estruturas urbanas.

Os setores com maior proporção de mulheres responsáveis e de mulheres negras coincidem com aqueles de menor rendimento médio mensal. Essa associação revela um processo de feminização da responsabilidade domiciliar que é simultaneamente racializado e territorializado, refletindo padrões históricos de segregação socioespacial e exclusão econômica. Assim, o protagonismo feminino observado não pode ser interpretado apenas como um indicador de autonomia ou empoderamento, mas deve ser compreendido em sua dimensão ambivalente, marcada pela sobrecarga de responsabilidades, precarização do trabalho e limitações de acesso a oportunidades.

Esse protagonismo permanece, em grande medida, invisibilizado pelas políticas públicas, que frequentemente não consideram de forma efetiva a transversalidade de gênero e raça em suas ações e planejamentos. Dessa forma, fazem-se necessárias políticas públicas territorializadas, capazes de reconhecer as especificidades dos espaços urbanos e as desigualdades que se manifestam em diferentes escalas. A utilização da análise espacial mostrou-se um instrumento fundamental para evidenciar essas desigualdades, contribuindo para uma leitura mais precisa da realidade urbana e oferecendo subsídios para o planejamento e a gestão pública.

Por fim, os resultados evidenciam que as desigualdades socioespaciais identificadas constituem entraves concretos ao desenvolvimento regional, ao restringirem o acesso à renda, infraestrutura urbana, serviços e segurança social. Assim, políticas que desconsideram a articulação entre gênero, raça e território tendem a reproduzir e aprofundar assimetrias, comprometendo não apenas o bem-estar das populações, mas também a capacidade de promoção de um desenvolvimento regional adequado.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes. Avançar na transversalidade em gênero nas políticas públicas. Brasília: CEPAL/SFM, 2005.

BERRO, Eloisa Castro. A feminização da pobreza: Reflexões e superação. In: Gênero e políticas públicas: a construção de uma experiência de formação / Jacy Curado e Daniela Auad (organizadoras). - Campo Grande : UCDB, 2008. 240 p.

BOLZANI, Isabela; CATTO, André. Mesmo mais escolarizadas, mulheres ganham quase 20% a menos que homens, diz IBGE. G1, São Paulo, 9 out. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2025/10/09/mesmo-mais-escolarizadas-mulheres-ganham-quase-20percent-a-menos-que-homens-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 28 mar. 2026.

CASTRO, Mary Garcia. Feminização da Pobreza em Cenário Neoliberal. In: GALIAZZI, Irene M.S. (org). Mulher e Trabalho. Porto Alegre - PED-RMPA, 2001.

FREIRE, Nilcéa. Apresentação. In: Gênero e políticas públicas: a construção de uma experiência de formação / Jacy Curado e Daniela Auad (organizadoras). - Campo Grande : UCDB, 2008. 240 p.

G1. Brasil tem mais de 11 milhões de mães que criam os filhos sozinhas. G1, 12 maio 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2023/05/12/brasil-tem-mais-de-11-milhoes-de-maes-que-criam-os-filhos-sozinhas.ghtml>. Acesso em: 28 mar. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Questionário Básico do Censo Demográfico 2022. IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/np_download/censo2022/questionario_basico_completo_CD2022_atualizado_20220906.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: resultados preliminares. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/pt/censo-2022-inicio.html>. Acesso em: 28 mar. 2026.

MIATO, Bruna; MACEDO, Rayane. Mulheres ganham menos que homens em 82% das áreas de atuação, segundo IBGE; veja lista. G1, São Paulo, 20 jun. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/06/20/mulheres-ganham-menos-que-homens-em-82percent-das-areas-de-atuacao-segundo-ibge-veja-lista.ghtml>. Acesso em: 28 mar. 2026.

NAÇÕES UNIDAS. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>. Acesso em: 28 mar. 2026.

SILVA, Mayra Rachel.; OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. Mulher, sinônimo de pobreza? Caderno Espaço Feminino, [S. l.], v. 25, n. 1, 2012. p. 153-175.

SIQUEIRA, Breno; BRITTO, Vinícius. Censo 2022: em 12 anos, proporção de mulheres responsáveis por domicílios

avança e se equipara à de homens. Agência de Notícias do IBGE, Rio de Janeiro, 25 out. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41663-censo-2022-em-12-anos-proporcao-de-mulheres-responsaveis-por-domicilios-avanca-e-se-equipara-a-de-homens>. Acesso em: 28 mar. 2026.

THOMAS, Vinod. Apresentação. In: PENA, Maria Valéria Junho et al. A questão de gênero no Brasil. Rio de Janeiro: Banco Mundial: CEPIA, 2003. 118 p. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/353511468213264187/pdf/333410Portuguese0BR0questao0de0genero.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2026.

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



fapeti

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO





UNITAU

Universidade de Taubaté